



**PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ:
UMA PROPOSIÇÃO PARA A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NO BAIRRO DA TERRA
FIRME**

Gabriella Pinheiro de Oliveira

E-mail: oliveira.gabriella95@gmail.com;

Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania – SEAC / Governo do Estado do Pará

Juliana Márcia Barroso

jubarroso35@gmail.com

Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania – SEAC / Governo do Estado do Pará

RESUMO

O presente artigo apresenta o processo de mobilização e de comunicação desenvolvida para a comunidade do bairro da Terra Firme, território contemplado pelo programa Territórios pela Paz (TERPAZ) do Governo do Estado do Pará. A gestão da comunicação visa estimular a participação comunitária, atuando como elemento mobilizador e amplificador da visibilidade das ações desenvolvidas pelo programa TerPaz no território. Um dos resultados foi a criação da Página de *Facebook* e Grupos de *Whatsapp* voltados para notícias e informações sobre o território, e canal direto entre Estado e população. O artigo aborda ainda os conceitos teóricos e as práticas metodológicas de gestão de projetos e comunicação.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária, Gestão Pública, Territórios, Gestão de Projetos.

Eixo Temático 1: Gestão Pública e do Desenvolvimento



1 INTRODUÇÃO

O programa Territórios pela Paz - TerPaz do Governo do Estado do Pará, consiste na articulação de políticas públicas de inclusão social que secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta desenvolvem através de programas e projetos que são coordenados sob a perspectiva da intersetorialidade e orientados nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS – ONU) operando na transformação da qualidade de vida. (SEAC, 2020)

Atualmente o programa contempla 7 territórios ativados, em Belém – Benguí, Cabanagem, Guamá, Jurunas e Terra Firme; Ananindeua – Icuí; Marituba – Nova União e São Francisco. A escolha dos territórios de paz ocorreu na conjugação dos seguintes critérios: Elevados indicadores de criminalidade e violência, polos geradores de criminalidade, predisposição local para execução do projeto, organização social comunitária mínima.

Para gerenciar as políticas públicas de inclusão social, coordenadas pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania/ SEAC, articuladas com as políticas de segurança pública/SEGUP, foi estabelecida uma arquitetura de governança abrangendo três instâncias: Colegiado Gestor, Câmara Técnica Intersetorial, Rede Local de Cidadania.

O **Colegiado Gestor** é constituído pelo Governador e o secretariado e presidências de fundações do Governo do Estado do Pará.

A **Câmara Técnica Intersetorial (CTI)** organizou a participação das 35 Secretarias, fundações e órgãos da Administração Direta, Indireta e seis parcerias (SEBRAE, IFPA, SENAC, SENAI, SENAR, UEPA, UFPA) em 07 áreas temáticas operacionalizando a dimensão da intersetorialidade com base aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS/ONU) e a dimensão da transversalidade definida em quatro eixos temáticos. A CTI elaborou dois recursos de inovação tecnológica na área da gestão e monitoramento dos programas e projetos (*Google Maps & Google Sheets*) e confeccionou a modelagem de um *software* - TerPaz, juntamente com a PRODEPA, para divulgação, acessibilidade e transparência das ações do programa.

A **Rede Local de Cidadania** formou uma equipe de 7 profissionais nas áreas de assistência social, direito, administração e jornalismo para organizar, divulgar e aferir as ações dos programas das Secretarias, Fundações e Órgãos na execução das atividades em cada um dos Territórios além de promover a participação das lideranças das comunidades locais dos territórios e articular a participação das Secretarias do Município na execução dos Programas e Projetos com os Órgãos análogos do Estado;

O Gabinete de Gestão Operacional foi instituído para coordenar a gestão operacional integrada dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, com atribuições de coordenar, monitorar, avaliar,



**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021



realinhar e tomar decisões, e implementação do processo de atuação integrada conforme previsto no respectivo Plano de Ação Integrada.

Mas para que programa desse início nos territórios primeiramente foi realizado um plano de entrada das instituições que compõem o sistema de segurança coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP e foram elaboradas estratégias que evitassem confrontos violentos e letalidade no processo de ocupação dos territórios.

O Plano de Ação Integrada da SEGUP dividiu as ações em duas etapas:

Etapa 1. Choque operacional: foi realizado um levantamento pelos setores de inteligência das polícias Civil e Militar, com objetivo de identificar pessoas envolvidas em grupos criminosos ou práticas de crimes violentos e, subsequentemente, foi realizada a ocupação com ações de polícia ostensiva e forças especiais saturando o território com policiamento preventivo e repressivo.

Etapa 2. Atuação integral: neste momento, ingressam todas as Secretarias, Fundações e Órgãos de Estado que integram o eixo de Políticas de Inclusão Social da Política, executado sob a coordenação da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC.

Concomitantemente às atuações da etapa 1, realizada pelo eixo de segurança pública, a Rede Local de Cidadania realizou as primeiras iniciativas de diagnóstico e comunicação com a população com objetivo de resgatar a cidadania e proporcionar diálogo democrático entre o Estado e a comunidade. Com base em pesquisas bibliográficas e metodológicas de atuação em territórios este artigo objetiva demonstrar os processos e ferramentas de comunicação. Trata-se de síntese de um estudo mais amplo realizado com base em pesquisa bibliográfica de abordagem dialética.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de demonstrar as estratégias estabelecidas, é importante resgatar o conceito da Cidadania, segundo Marshall (1967), se constitui na efetivação de direitos da pessoa nas dimensões civil, política e social. São direitos que garantem respectivamente, a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, expressão etc.; liberdade de associação, reunião, organização e de participação política; e o acesso à saúde, educação ao trabalho entre outros.

A comunicação do TerPaz Terra Firme é fundamentada na comunicação comunitária – uma das formas de exercer o direito à comunicação – é uma das denominações para a comunicação popular, participativa, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Esse tipo de comunicação tem o intuito de provocar a mobilização social e a realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações



empobrecidas. Portanto, entendemos a comunicação comunitária como aquela desenvolvida de forma democrática por grupos subalternos em comunidades, bairros, espaços on-line, por exemplo, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. (PERUZZO, 2008).

Por isso, sem perder o caráter institucional do Estado, a construção da comunicação do TerPaz Terra Firme foi pautada a partir do diálogo com os representantes da sociedade civil escolhidos via edital e outros atores sociais do território, cuja constatação foi onde foi constatado a existência de vários grupos voltados a comunicação popular, como por exemplo, Coletivo Tela Firme, a fim de proporcionar diálogo democrático entre o Estado e a comunidade.

A Rede Local de Cidadania é a instância de governança responsável por divulgar e aferir as ações dos programas das Secretarias, Fundações e Órgãos na execução das atividades em cada um dos Territórios e promover a participação dos representantes da sociedade civil das comunidades locais dos territórios e articular a participação das secretarias do município na execução dos programas e projetos com os órgãos análogos do Estado (SEAC, 2019).

3 METODOLOGIA

Em 2019, antes da ativação do programa, foi realizado Visitas Técnicas nos Territórios onde utilizou-se a técnica de observação como forma de obter os aspectos da realidade de cada território (MARCONI & LAKATOS, 2008). Com essa técnica foi possível descrever os espaços dos territórios dos territórios levando em conta a estrutura física e social que permitiu elaborar observações de campo.

Segundo o IBGE (2010), a Terra Firme possui uma população de 61.439 descrevendo de maneira breve o foi mapeado os equipamentos públicos e espontaneamente criado pela comunidade e observado que há intenso fluxo comercial formal e informal, regras de trânsito não são cumpridas, constatou-se a falta de equipamentos públicos de lazer, de ruas pavimentadas, lixo jogados nas ruas e nos canais à céu aberto, iluminação pública e áreas habitacionais desordenada, ligação elétrica clandestina, grande quantidade de casas de palafitas, vulnerável à incêndios e enchentes.

Após a Visita Técnica, foi realizada aplicação da metodologia de Grupos Focais que para Kitzinger (2000), o Grupo Focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo), a partir de um grupo de participantes previamente selecionados. O intuito de aplicar a metodologia foi de conhecer a percepção que os profissionais da Segurança Pública – policiais militares e civis, lideranças comunitárias e gestores da educação estadual - possuem sobre as dinâmicas dos conflitos, violência e criminalidade nos



Territórios pela Paz e, desta forma, criar condições de identificar os problemas e projetos. Com isso, foi realizado em um primeiro momento uma análise qualitativa e, posteriormente, quantitativa com vistas a emprestar densidade à análise das dinâmicas. Os dados quantitativos permitiram fazer uma análise descritiva das frequências obtidas nas diferentes categorias ou nos elementos de código (SEAC,2019).

De forma sucinta, na Terra Firme foi constatado a frequência de problemáticas nas narrativas dos participantes como: Comércio de drogas ilícitas, violência doméstica, mais políticas públicas voltadas para saúde, Comunicação positiva sobre o território para desmitificar a imagem negativa de um bairro violento transmitido através de matérias midiáticas, infraestrutura (saneamento básico e iluminação pública), desemprego, ocupação para jovens.

A partir desses dois diagnósticos foi idealizado pelo Colegiado Gestor a criação das Usinas da Paz, complexos multidisciplinares, com objetivo de conectar a população com Estado através de espaços públicos. Desta forma, em 2019, foram aplicados 300 questionários para jovens da escola públicas estaduais nos 7 territórios para identificar as principais necessidades locais com intuito de construir as Usinas da Paz de acordo com as características identitárias dos territórios.

Na Terra Firme, os jovens respondentes tinham entre 15 e 20 anos, entre estes 60% eram mulheres e 40% homens, 69% relataram que não espaços e atividades de lazer, no tópico o que não pode faltar nos espaços das Usinas é um espaço com *Wifi* gratuito (60%), espaço para práticas de esportes e atividades físicas (67%), em atividades que não pode faltar cursinhos preparatórios para vestibular (73%).

Assim, para assegurar a comunicação entre comunidade e Estado foi criado o **Edital de Seleção Simplificada de Representantes da Sociedade Civil para atuar nas Redes Locais da Cidadania do Programa Territórios pela Paz**, onde buscou-se selecionar de forma democrática representantes da sociedade civil - pessoa física, entidades representativas, coletivos, movimentos do território – para oportunizar a participação e integração à Rede Local de Cidadania dos Territórios. Na Terra Firme foram selecionados 5 representantes onde o membro, de acordo com o regimento interno, prestará serviços públicos não remunerados de apoio, acompanhamento, mobilização junto à coordenação do território. (SEAC,2019)

A partir desta etapa, com os representantes selecionados, iniciam-se as estratégias de comunicação focadas para o planejamento e execução das ações do bairro da Terra Firme.



4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O bairro da Terra Firme foi o 5º território ativado do programa Territórios pela Paz, a atuação integrada iniciou no dia 05 de outubro de 2019. Foram traçados os seguintes objetivos pela gestão do território para execução do programa TerPaz:

- Verificar os equipamentos disponíveis.
- Identificar e estabelecer relacionamento com **stakeholders** (coletivos, lideranças comunitárias, diretores de escolas, associações, grupos culturais, profissionais de segurança da área).

- Consolidar fluxos de comunicação.

Os representantes da sociedade Civil, Associação Ursinho Carinhoso, Movimento dos prejudicados do Tucunduba, Instituto atitude social, Mestre Raimundo de Capoeira, Salomão Denny, foram essenciais para a participação do processo inicial do programa, pois são moradores e tiveram propriedade para tratar sobre os assuntos referente ao bairro contribuindo no levantamento de demandas e planejamento de ações. Através desses e dos profissionais de segurança pública do 20º Batalhão de Polícia militar foi realizado o georreferenciamento do bairro afim de verificar a realidade e equipamentos públicos e de iniciativas dos territórios disponíveis na Terra Firme. Após identificados, iniciou-se estabelecimento da articulação e parcerias com espaços públicos locais para execução das ações do programa, por exemplo:

- **Equipamentos Federais:** Escola de Aplicação da UFPA, UFPA, UFRA.

- **Equipamentos Estaduais:** Escola Mário Barbosa, Escola Matheus do Carmo, Escola Brigadeiro Fontenele, Escola Nuremberg Borja, Escola Dr. Celso Malcher, Escola Acácio Felecio Sobral, UIPP Terra Firme

- **Equipamentos Municipais:** Escola Parque Amazônia, Escola Solerno Moreira, Escola Stelina Valmont.

- **Equipamentos de iniciativa do território:** Polo esportivo da Terra Firme, Associação de Moradores Gabriel Pimenta, Centro comunitário Dr. Cipriano Santos, Chalé da Paz, Igreja São domingos de Gusmão, Igreja Santa Maria de Belém, Espaço cultural boi marronzinho, Associação Clube dos Pais, Assembleia de Deus 6 de setembro, comunidade santo agostinho, Instituto Maria e Marias 2.

A estratégia de identificação dos equipamentos foi para garantir a rotatividade das ações no território, uma vez que a Terra Firme é um bairro de grande extensão e concentração populacional densa (SEAC, 2019).

Em seguida, a gestão do território alinhada com o núcleo de comunicação da SEAC, adotou formas de comunicação sistematizadas que foi replicado nos outros territórios, sendo esta:



XII CODS
COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

**Engajando ciência,
gestão e sociedade**

09 a 11 de novembro de 2021



- Presencial: comunicação interpessoal, reuniões com a comunidade;
- Impressa: panfletos, cartaz;
- Sonora: carro e bicicleta de som, rádio comunitária;
- Online: *Fanpages* e grupos de *WhatsApp*.

Um dos mecanismos mais utilizados são os impressos e on-line. Foi no bairro da Terra Firme que a gestão do território teve a percepção da necessidade da organização de uma agenda semanal para divulgar as ações enviadas pelas secretarias via CTI, após a elaboração da agenda foi realizada a criação das páginas no *Facebook* e grupos de *WhatsApp*. Iniciando a criação de **espaços on-lines** para discussão com objetivo de verificar as demandas, reclamações e sugestões dos moradores, atualmente são 7 grupos de discussões no *Whatsapp* e no *Facebook* são 1.689 seguidores orgânicos (SEAC, 2021).

Referenciada na logística *Door to Door*, foi adaptada a **mobilização porta a porta**, que é feita com foco estratégico de divulgação de forma roteirizada abrangendo o perímetro do local onde será realizada as ações através de *bike* ou carro som ou entrega de panfletos informativos com objetivo de alcançar pessoas que não tem acessos à internet ou rede de telefonia (JUNIOR, et al. 2017).

Além disso, são realizados a captação de contatos para adicionar nos grupos de *WhatsApp* visando o aumento da rede comunicacional através das listas de frequência das ações de saúde, oficina e cursos, solicitação via e-mail institucional, *facebook*, entrega de informativos com o contato do número institucional (SEAC, 2021).

Pautado no ciclo PDCA, foi criado um mecanismo de monitoramento para os representantes da sociedade civil **relatório de ações da rede local de cidadania**. Neste relatório, é registada a participação dos mesmos e sugestão de melhorias nas ações, também são realizados fluxo de reuniões com os representantes da sociedade civil para verificação de demandas da comunidade, novos locais para realização de ações e críticas, com objetivo de ajustar, sanar qualquer tipo de intercorrência. Também foi feito um fluxo de reuniões específicas com os profissionais de segurança que por meio de combinações de decisões, ações e estratégias de forma colaborativa com verificação das manchas criminais nos territórios. Sendo assim as ações do TerPaz na Terra Firme ocorrem de acordo com as percepções da comunidade e da polícia (NUNES, 2017).

5 CONCLUSÃO

Paulo Freire já alertava para a importância da pessoa – especialmente o pobre e oprimido – recuperar a palavra e agir como cidadão ativo. Os direitos e



serviços ao cidadão merecem ser difundidos, mobilizados, conduzidos e conscientizados a partir de ferramentas e mecanismos comunicativos que permitam que a pessoa se sinta protagonista, desenvolva intelectualmente, aprenda a compreender melhor o mundo e seja capaz de interferir no seu entorno e na sociedade como um todo, visando assegurar o respeito aos direitos humanos. (PERUZZO,2019)

As diferentes abordagens metodológicas expostas neste artigo têm o intuito de demonstrar como as políticas públicas inclusivas vêm caminhando para adoção de novos mecanismos de diminuição à vulnerabilidade social, incorporando de forma cada vez mais sistemática o uso de técnicas de gestão para garantia da cidadania.

A cidadania se sustenta, em quatro pilares: a pessoa, os direitos humanos, a sociedade e a comunicação. Todos estão continuamente em construção num processo múltiplo de interferência. Sendo assim, a comunicação, em construção, pode ser democratizada de modo a contribuir para a constituição cada vez mais ampliada da própria cidadania. Ela não está dada, nem completa.

Portanto, as estratégias de gestão da comunicação alcançadas no TerPaz Terra Firme no âmbito digital têm 1.528 seguidores orgânicos na página do *facebook*, 6 grupos de *Whatsapp* em diferentes esferas de discussão, além disso fluxo de reuniões em diferentes esferas para o controle da qualidade da execução das ações e devolutivas para os órgãos e parceiros.

Finalmente, é preciso registrar que este documento não esgotou todas as questões que permeiam estratégias e técnicas de gestão, sendo necessário não só o aprofundamento em alguns pontos, como também a inclusão de novas discussões, principalmente pelo fato de se tratar de tema que possui caráter multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

BRASIL.IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

GOVERNO DO PARÁ. Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania – SEAC. 2019, 2020 e 2021. Disponível em: <http://terpaz.pa.gov.br/>

JUNIOR, H. C., SAKALOUSKAS, C.E., PATAH, A.L., MARTENS, P.D.C. (2017). Gerenciamento de projetos em operação logística: O caso de um operador de grande porte brasileiro. Simpósio Internacional de gestão de projetos, inovação e sustentabilidade. <https://singep.org.br/6singep/resultado/343.pdf>



KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care.2000 In: POPE, C.; MAYS, N.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991

MARSHALL, J.F. 1967. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 372p.

MINAYO, M.C. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro Vozes, 2001.

Nunes, R. C. T., Kraemer, R., & Souza, J. A. de. (2017). A IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS EM UMA ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anais Do Congresso Internacional De Conhecimento E Inovação – Ciki, 1(1). Recuperado de <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/115>

PERUZZO, C.M.K. 2008a. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. Palavra Clave Revista, 11(2):367-379

PERUZZO, C.M.K. 2009. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, p. 1-11.